
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA
RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.**



**JUCESP PROTOCOLO
2.295.121/12-7**

ENTRE



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.,

na qualidade de Emissora,

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,

na qualidade de Agente Fiduciário

6 DE DEZEMBRO DE 2012

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Santa Isabel, Estado de São Paulo, na Rodovia Presidente Dutra (BR-116/SP/RJ), km 184,3/SP, Bairro Morro Grande, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.861.626/0001-92, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. ("Emissão" e "Escritura", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A Emissão das Debêntures e a distribuição pública com esforços restritos das Debêntures serão realizadas com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 30 de outubro de 2012 ("RCA"), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, cuja ata foi protocolizada para arquivamento e será publicada nos termos da Cláusula 2.1.1 abaixo.

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 *Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias*

2.1.1.1 A ata da RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e (ii) no jornal O Vale, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações, tão logo seja arquivada.



2.1.2 *Arquivamento da Escritura*

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2 Esta Escritura será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), de modo a especificar a taxa aplicável à remuneração das Debêntures.

2.2 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM e na ANBIMA, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e do artigo 25, parágrafo 1º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

3. **DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

3.1 **Objeto Social da Emissora**

3.1.1 A Emissora tem por objeto social exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da RODOVIA BR-116/RJ/SP, Trecho Rio de Janeiro – São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, incluindo a operação da rodovia com cobrança de pedágio, exploração do espaço aéreo para fins de publicidade, recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção e conservação da rodovia.

3.2 **Número da Emissão**

3.2.1 Esta é a 3ª (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3 **Número de Séries**

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

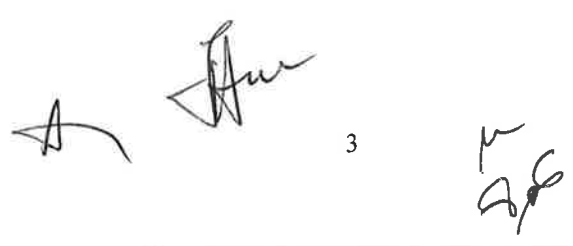
3.4 **Montante da Emissão**

3.4.1 O montante total da emissão será de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5 **Quantidade de Debêntures**

3.5.1 Serão emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures (“Debêntures”).

3.6 **Banco Mandatário e Escriturador**



3.6.1 O Itaú Unibanco S.A. será o banco mandatário e a Itaú Corretora de Valores S.A. será a instituição escrituradora das Debêntures (“Banco Mandatário” e “Instituição Escrituradora”, respectivamente).

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados ao resgate total das notas promissórias comerciais objeto da segunda emissão de notas promissórias da Emissora.

3.8 Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1 As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.8.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) nos mercados regulamentados de valores mobiliários e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da referida Instrução sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.8.2.1 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão, são considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação, para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do BB – Banco de Investimento S.A. (“Coordenador”, e em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”), que atuarão na qualidade de coordenadores da Emissão, conforme a demanda pelas Debêntures apurada por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”), e outras instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de

valores mobiliários que venham a ser convidadas pelos Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, para participar da distribuição pública, com esforços restritos de colocação, das Debêntures, nos termos do “Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.”, celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”).

3.9.2 O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores e/ou demais instituições intermediárias que venham a participar da distribuição poderão acessar, conjuntamente, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.3 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.9.4 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.9.5 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.9.6 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.9.7 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2 Data de Emissão



4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 5 de dezembro de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de dezembro de 2015 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, com o seu consequente cancelamento. As Debêntures serão liquidadas pelo Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido).

4.1.3.2 Para fins desta Escritura, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização.

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados representativos das Debêntures.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Escriutadora. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

4.1.6 *Conversibilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

4.2 **Subscrição**

4.2.1 *Prazo de Subscrição e Prazo de Colocação*

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Colocação, com integralização à vista, no ato da subscrição ("Prazo de Subscrição") e em moeda



corrente nacional, pelo Preço de Subscrição (conforme definido abaixo), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

4.2.1.1 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os Procedimentos do SDT, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de início da distribuição (“Prazo de Colocação”). Caso as Debêntures não sejam totalmente colocadas ao longo deste prazo, os Coordenadores deverão exercer a garantia firme de colocação sobre o saldo das Debêntures que não foram efetivamente distribuídas.

4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização (“Preço de Subscrição”).

4.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

4.4 **Atualização do Valor Nominal Unitário**

4.4.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.5 **Remuneração**

4.5.1 Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de um determinado percentual das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extragrupo*, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI Over”), a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding* e, em todo caso, limitado a até 105,80% (cento e cinco inteiros e oitenta centésimos por cento) (“Taxa Máxima”) (“Remuneração”).

4.5.2 A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo da Remuneração, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding* previsto no subitem 4.5.1 acima, será ratificada por meio de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCESP, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da RCA.

4.5.2.2 A Remuneração será calculada em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso) até a data de seu efetivo pagamento, e deverão ser pagos em cada Data de Pagamento da Remuneração



(conforme abaixo definida) (ou na data da liquidação antecipada resultante (i) do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou (ii) do resgate antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.5.2.7 e da Cláusula 5.2.1 abaixo).

4.5.2.3 O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VN_e \times (Fator DI - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração devidos na respectiva data de pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI = produtório das Taxas DI *Over*, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI *Over*, informado com 2 (duas) casas decimais, limitado a Taxa Máxima.

n_{DI} = número total de Taxas DI *Over*, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “n_{DI}” um número inteiro; e

TDI_k - Taxa DI *Over*, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI - *Over* divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

A Taxa DI *Over* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.



Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.5.2.4 Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI *Over* pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI *Over* divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI *Over* que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI *Over* for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos subitens 4.5.2.5, 4.5.2.6 e 4.5.2.7 abaixo.

4.5.2.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial ("Evento de Ausência da Taxa DI *Over*"), a Taxa DI *Over* deverá ser substituída pelo substituto determinado judicial ou legalmente para tanto, conforme o caso. No caso de não haver o substituto judicial ou legal da Taxa DI *Over*, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do Evento de Ausência da Taxa DI *Over*, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado, observado o disposto no subitem 4.5.2.6 abaixo. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI *Over* conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI *Over* aplicável.

4.5.2.6 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), qual a alternativa escolhida dentre: (i) resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no subitem 4.5.2.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo da Remuneração; ou (ii) apresentar o cronograma de



amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida a exclusivo critério dos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o estabelecido na Cláusula 8 abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI *Over*. Caso a Emissora não aprove a taxa substituta da Remuneração nos termos deste item (ii) aplicar-se-ão os procedimentos previstos no item (i) acima.

4.5.2.7 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI *Over* venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI *Over*, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI *Over* conhecida anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação.

4.5.2.8 Para efeitos da presente Emissão, consideram-se, “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

4.6 Repactuação

4.6.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7 Amortização

4.7.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela Emissora em 6 (seis) parcelas semestrais e consecutivas, sendo que a 1ª (primeira) parcela do principal será paga no dia 5 de junho de 2013 e as demais nas datas indicadas a seguir, observando-se, ainda, as proporções abaixo definidas, sendo cada uma das datas uma data de amortização (“Data de Amortização”):

PARCELA	DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO A SER AMORTIZADO (%)
1ª	05/06/2013	16,66
2ª	05/12/2013	16,66
3ª	05/06/2014	16,66
4ª	05/12/2014	16,66



PARCELA	DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO A SER AMORTIZADO (%)
5ª	05/06/2015	16,66
6ª	05/12/2015	Saldo do Valor Nominal Unitário

4.7.2 No caso de Amortização Extraordinária (conforme abaixo definido), o percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado (conforme previsto na tabela do item 4.7.1 acima) nas Datas de Amortização seguintes e a Remuneração a ser paga nas Datas de Pagamento da Remuneração seguintes serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado pelos Debenturistas a assinar os respectivos aditamentos à presente Escritura para refletir o disposto neste item, independente da realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

4.8. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

4.8.1 A Remuneração será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em 5 de junho de 2013 e o último pagamento na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

4.9 Condições de Pagamento

4.9.1 *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND, (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário, ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.9.1.2 Caso qualquer titular das Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Instituição Escriuradora, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.



4.9.3 *Encargos Moratórios*

4.9.3.1 Sem prejuízo da Cláusula 5.3, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor de tais débitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

4.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.9.4.1 O não comparecimento do titular das Debêntures para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração adicional e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10 **Publicidade**

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos titulares das Debêntures, devem ser divulgados pela Emissora em sua página na rede mundial de computadores e enviados ao Agente Fiduciário na data da respectiva divulgação, sendo que os editais de convocação e as atas de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 desta Escritura) deverão ainda, além da publicidade anteriormente descrita, ser publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Vale, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e nos prazos estabelecidos nesta Escritura.

5. **DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

5.1 **Aquisição Antecipada Facultativa**

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições da Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.2 **Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária**



5.2.1 A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar: (a) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"); ou (b) a amortização extraordinária, esta última limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Extraordinária").

5.2.1.1 O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.10 desta Escritura ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total")

5.2.1.1.1 Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"), sendo certo que não haverá incidência de prêmio de resgate antecipado.

5.2.1.1.2 Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) quaisquer outras informações que a Emissora entenda necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.2.1.1.3 As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

5.2.2 A Amortização Extraordinária somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos desta Escritura ("Comunicação de Amortização Extraordinária") com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária ("Data da Amortização Extraordinária").

5.2.2.1 Por ocasião da Amortização Extraordinária, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário a ser amortizada, acrescida: (a) da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data da Amortização Extraordinária, sendo certo que não haverá incidência de prêmio de amortização.

5.2.2.1.1 Na Comunicação de Amortização Extraordinária deverá constar: (a) a Data da Amortização Extraordinária; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures que será amortizado nos termos desta Cláusula 5.2, a ser definido a exclusivo critério da Emissora,



mas, em todo caso, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures à época da amortização; (c) o Valor da Amortização Extraordinária; e (d) quaisquer outras informações que a Emissora entenda necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

5.2.3 Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Extraordinária de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.2.3.1. A CETIP, o Agente Fiduciário e a Instituição Escriutadora deverão ser comunicados pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Extraordinária das Debêntures com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Extraordinária, conforme o caso, por meio de envio de correspondência neste sentido.

5.2.4 A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

5.2.5 Na hipótese de cancelamento das Debêntures, o mesmo deverá ser objeto de aditamento à esta Escritura.

5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 Hipóteses de vencimento antecipado

5.3.1.1 Os titulares das Debêntures poderão, observado o disposto nesta Cláusula 5.3 desta Escritura, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados conforme Cláusula 7.9.2 adiante, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (“Eventos de Inadimplemento”):

- (i) não pagamento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, previstas nesta Escritura, por período superior a 2 (dois) Dias Úteis, contado da respectiva data de vencimento;
- (ii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, que afetem de forma adversa as Debêntures;
- (iii) falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, que afete de forma adversa as Debêntures e que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento de notificação por escrito, pela Emissora, do referido descumprimento;



- (iv) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, pela Emissora de endividamento, em valor individual ou agregado superior a R\$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou o montante equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da data de sua ocorrência, for comprovado pela Emissora que tal não pagamento foi sanado pela Emissora, ou foram suspensos os seus efeitos por meio de medida judicial ou arbitral;
- (v) ocorrência de qualquer alteração na estrutura societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resulte na perda pela CCR S.A. do controle acionário direto e indireto da Emissora, sem o prévio consentimento dos titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (vi) protesto de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, ou o montante equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do referido protesto (i) a Emissora comprovar que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, (ii) o protesto for sustado ou cancelado, ou (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (vii) não cumprimento, pela Emissora, de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), sendo este valor atualizado, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, ou o montante equivalente em outras moedas, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal sentença for extinta ou tiver sua eficácia suspensa durante tal prazo de 30 (trinta) dias, enquanto permanecer a suspensão;
- (viii) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, de autofalência ou decretação de falência da Emissora, ou, ainda, qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora;
- (ix) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (x) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por esta praticadas, exceto se tal alteração se referir à ampliação da atuação da Emissora, mantidas as atividades relacionadas ao setor de infraestrutura;



- (xi) transferência ou qualquer forma de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações a serem assumidas nas Debêntures, sem prévia autorização dos titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xii) promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações a serem assumidas nas Debêntures, sem prévia autorização dos titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xiii) liquidação, dissolução, insolvência ou extinção da Emissora;
- (xiv) término antecipado do Contrato de Concessão de Serviço Público Precedida de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e da Concessionária de Rodovia Presidente Dutra S.A. celebrado em 31 de outubro de 1995, conforme aditado (“Contrato de Concessão”);
- (xv) distribuição de dividendos, pela Emissora, em valor superior ao mínimo legal, caso

(a) a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 (quatro) vezes, *onde*:

Dívida significa a somatória dos valores correspondentes a (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo prazo; (v) debêntures no longo prazo e, ainda, (vi) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores.

Dívida Líquida significa Dívida menos disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários.

EBITDA significa, para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

Dívida Líquida/EBITDA: significa a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA.

e/ou

(b) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“**ICSD**”) seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (“**ICSD Mínimo**”), *onde*:

ICSD significa, quando aplicado à Emissora, o índice obtido da divisão da Geração de Caixa pelo Serviço da Dívida

Geração de Caixa significa, quando aplicável à Emissora, para qualquer

período, o Lucro do Exercício (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; (b) outras despesas não caixa; e (c) juros, *fees* e outros débitos relacionados à Dívida; (ii) deduzidos de todos os valores atribuíveis à (sem duplicidade) outros créditos não caixa;

Serviço da Dívida significa todos os valores pagos de principal e juros relacionados à Dívida durante o período de 12 (doze) meses. No caso de tomada de dívida para substituir parte ou toda outra dívida existente, o Serviço da Dívida deverá ser líquido do efeito da liquidação da dívida existente. No caso de tomada de capital de giro e/ou empréstimo-ponte para o complemento do pagamento do Serviço da Dívida, com a liquidação do referido capital de giro e/ou empréstimo ponte dentro do mesmo período, o Serviço da Dívida a ser aqui considerado deverá ser líquido do efeito da liquidação do capital de giro e/ou empréstimo-ponte.

Para os fins desse item, o quociente Dívida Líquida/EBITDA e o ICSD serão acompanhados semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras, auditadas ou submetidas a revisão especial de auditores independentes, conforme o caso, e publicadas nos prazos legais aplicáveis. Caso o cálculo seja realizado com base nas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, a Geração de Caixa e o Serviço da Dívida devem contemplar os valores ocorridos nestes primeiros 6 (seis) meses.

- (xvi) redução do capital social da Emissora, seja de forma individual ou por reduções agregadas, em um montante superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) sem que haja anuência prévia de ao menos 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, sendo certo que, para fins do disposto no art. 174 e seu parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Debêntures, desde a subscrição das Debêntures, autorizam reduções de capital, seja de forma individual ou por reduções agregadas, sem a necessidade de prévia autorização por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, desde que observados o montante máximo de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), conforme previsto neste item (xvi).

5.3.1.2 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (i), (iv) (vi), (vii), (viii), (ix), (xi), (xiii) e (xiv) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se houver, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, na data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas e exigir o pagamento do que for devido.

5.3.1.3 Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados no item 5.3.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8.8 desta Escritura. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares das



Debêntures em Circulação.

5.3.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia à CETIP, e (b) ao Banco Mandatário informando tal evento.

5.3.3 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o pagamento das mesmas deverá ser efetuado em até 3 (três) Dias Úteis, a contar do protocolo da carta mencionada na Cláusula 5.3.2 acima na CETIP.

5.3.4 Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, aos débitos antecipadamente vencidos e não pagos, serão acrescidos os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.9.3 acima.

5.3.5 No caso de um dos Eventos de Inadimplemento mencionados na Cláusula 5.3.1.1 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.1.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no SND, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.3 acima ocorra por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente obriga-se a:


- (i) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
 - a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício à auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, enviando-as, imediatamente, para a CETIP e a CVM;
 - d) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;



- e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita, ao Agente Fiduciário e à CETIP; e
- g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (ii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”);
- (iii) notificar em até 1 (um) Dia Útil após tomar conhecimento, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas por atos ou fatos ocorridos antes da celebração desta Escritura, que venham a ser constatados após a data de celebração desta Escritura;
- (iv) utilizar os recursos líquidos obtidos com a Emissão exclusivamente de acordo com o disposto na Cláusula 3.7 acima;
- (v) nos termos da Instrução CVM 358, informar ao público a ocorrência de fatos considerados relevantes;
- (vi) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP, no prazo solicitado por este órgão;
- (vii) comunicar, em até 1 (um) Dia Útil após tomar ciência, aos titulares das Debêntures em circulação, ao Agente Fiduciário e à CVM, a ocorrência de Evento de Inadimplemento, bem como de inadimplemento (observado eventual prazo de cura) das obrigações contraídas perante os titulares das Debêntures;
- (viii) manter em vigor a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de sua concessão, nos termos do Contrato de Concessão;
- (ix) não realizar operações em desacordo com seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) manter seus bens materiais adequadamente segurados, conforme práticas correntes, ou valer-se de estruturas de autoseguro;

- (xi) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- (xii) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xiii) exceto com relação àqueles pagamentos questionados, de boa fé, na esfera judicial ou administrativa ou cujo não pagamento não resulte em impacto adverso relevante para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária;
- (xiv) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (i) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (ii) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (xv) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços necessários ao cumprimento das obrigações previstas nas Debêntures, incluindo o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e a Instituição Escrituradora, os sistemas de distribuição (SDT) e negociação (SND) das Debêntures;
- (xvi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (xvii) cumprir todas as determinações da CVM e ANBIMA, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xviii) manter em adequado funcionamento órgão para atender aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xix) notificar em até 10 (dez) dias após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e que resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira; e
- (xx) contratar agência classificadora de risco que seja a *Standard & Poors*, *Moody's* ou *Fitch* ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas



venham a deixar de existir, para obtenção de “rating” das Debêntures, e (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures.

6.2

A Emissora obriga-se, ainda, a fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes conforme exigido pela legislação aplicável, e declaração dos seus representantes legais com poderes para tanto, atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura, bem como o relatório de apuração do quociente Dívida Líquida/EBITDA e o ICSD a que se refere ao subitem “b” inciso “xiv” da cláusula 5.3.1.1 desta Escritura de Emissão, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices e limites financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário;
- (ii) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada semestre findo em 30 de junho, o relatório de apuração do quociente Dívida Líquida/EBITDA e o ICSD a que se refere ao subitem “b” inciso “xiv” da cláusula 5.3.1.1 desta Escritura de Emissão, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices e limites financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário
- (iii) notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas nos prazos legalmente estabelecidos, informando, inclusive, a data e ordem do dia das referidas Assembleias;
- (iv) no menor prazo possível, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde de que tais informações sejam relevantes para a presente Emissão e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
- (v) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura;



206
r

- (vi) no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do prazo para divulgação do relatório de que trata o subitem o item 7.3 desta Escritura, todos os atos societários e cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive, controladores, sociedades controladas (caso aplicável), sociedades sob controle comum, sociedades coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e
- (vii) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento do relatório de *rating* enviado pela Agência de Classificação de Risco, encaminhar o relatório de *rating* para o Agente Fiduciário.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.1.1 O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- (x) que a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

7.1.1.1 Com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto nos artigos 10, §2º e 12, alínea k, ambos da Instrução CVM nº 28/83, o Agente Fiduciário informa que atualmente atua nas seguintes emissões da Emissora:

- (a) 1ª emissão de debêntures simples, com garantira real, em três séries, de emissão da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no valor total de R\$ 510.000.000,00 (quinhentos e dez milhões de reais), com emissão de 51.000 (cinquenta e uma mil) debêntures, em 01 de abril de 2006, sendo que as datas de vencimento das debêntures da 1ª e da 2ª série são, respectivamente, 1º de abril de 2014 e 1º de abril de 2013, cumprindo informar que a 3ª série venceu em 1º de outubro de 2012. A emissão teve seu valor integralmente garantido por (i) penhor de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos recebíveis de pedágio e de receitas adicionais; (ii) penhor de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos direitos de conta correntes vinculadas; (iii) penhor de 55% (cinquenta e cinco por cento) das ações de emissão da Autoban de titularidade da CCR; e (iv) cessão fiduciária de 55% (cinquenta e cinco por cento) da eventual indenização do Poder Concedente. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas a amortização programada, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;
- (b) 4ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, em duas séries, de emissão da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no valor total de R\$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), com emissão de 1.100.000 (um milhão e cem mil) debêntures, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, sendo que as datas de vencimento das debêntures da 1ª e da 2ª série são, respectivamente, 15 de setembro de 2017 e 15 de outubro de 2017. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa, resgate ou amortização das debêntures;
- (c) Na 4ª Emissão de debêntures simples, da espécie subordinada, convolada em espécie quirografária, em série única da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – Via Oeste S.A. (“Via Oeste”), no valor total de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures em 28 de abril de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 28 de maio de 2017. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve



qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures;

- (d) Na 2ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (“Rodoanel”), no valor total de R\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais), com a emissão de 180.000 (cento e oitenta mil) debêntures, em 05 de maio de 2011, sendo que a data de vencimento das debêntures da 1ª, 2ª e 3ª série são, respectivamente 5 de maio de 2014, 5 de maio de 2015 e, 5 de maio de 2016. Referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR e pela Encalco Construções Ltda. (“Encalco”), no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão, sendo 95% (noventa e cinco por cento) garantido por fiança da CCR e 5% (cinco por cento) garantido por fiança da Encalco. Adicionalmente, as debêntures da 3ª série contarão com fiança de 5% (cinco por cento) do valor total da série, qual seja R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), prestada por Alberto Bagdade e Mário Múcio Eugênio Damha. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;
- (e) Na 1ª Emissão de debêntures simples, da espécie subordinada, em série única da Renovias Concessionárias S.A. (“Renovias”), no valor total de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), com a emissão de 140 (cento e quarenta) debêntures em 01 de fevereiro de 2010, sendo que a data de vencimento das debêntures é 1º de fevereiro de 2015. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas a amortização programada, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão; e
- (f) Na 2ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (“SP Vias”), no valor total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com a emissão de 40.000 (quarenta mil) debêntures em 05 de julho de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 5 de julho de 2016. A referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR S.A. no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos das Debêntures em circulação, ou pela CVM.



24

7.2.1 Caso a convocação não ocorra em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.2 acima, caberá à Emissora a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos titulares das Debêntures, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares das Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (ix) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas;
- (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 8 desta Escritura;
- (xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) elaborar relatório destinado aos titulares das Debêntures, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as informações a seguir descritas: (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora; (b) alterações estatutárias ocorridas no período; (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento da Remuneração apurada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração; (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função



de Agente Fiduciário; e (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, incluindo os dados sobre tais emissões descritos na alínea “k”, do inciso XVII, do artigo 12, da instrução CVM 28;

- (xiii) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos titulares das Debêntures no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário; (c) na CVM; e (d) na sede dos Coordenadores, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- (xiv) enviar comunicado aos titulares das Debêntures de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiii) acima;
- (xv) manter atualizada a relação dos titulares das Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Escrituradora e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os titulares das Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xix) não ser obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões;
- (xx) divulgar as informações referidas na alínea “j” do item XII desta Cláusula 7.3 em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.



7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos titulares das Debêntures; e
- (iv) representar os titulares das Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.4, itens (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação unânime dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação por maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.4, item (iv) acima.

7.6 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.7 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.8 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem



como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

7.9 Serão devidos, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem. Deverão ser pagas parcelas de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a liquidação da Emissão, e as demais parcelas, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o encerramento das obrigações do Agente Fiduciário, nos termos da presente Escritura e da legislação em vigor.

7.9.1 As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.9.2 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração prevista nesta Cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.9.3 Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), excetuando o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), serão acrescidos a remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos.

7.9.4 As parcelas da remuneração referenciadas nas Cláusulas 7.9 e 7.9.1 acima serão atualizadas, pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.9.5 O Agente Fiduciário deverá enviar à Emissora aviso de cobrança da remuneração, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, conforme o disposto na Cláusula 7.9 acima, ficando acordado que, caso a Emissora não receba referido aviso dentro do prazo estipulado acima, os pagamentos efetuados intempestivamente, mas em até 10 (dez) dias do recebimento da cobrança, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.

7.9.6 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.



7.9.7 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data da efetiva substituição até a data prevista para pagamento da próxima parcela de honorários, à Emissora, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

7.9.8 Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.9.9 A remuneração não inclui as despesas com *conference calls*, contatos telefônicos, publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e prestação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

7.10 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos.

7.10.1 O ressarcimento a que se referem as Cláusula 7.9.9 e 7.10 acima será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.10.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos titulares das Debêntures e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.10.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures.

7.10.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares das Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos titulares das Debêntures para cobertura do risco da sucumbência.



7.10.5 As despesas a que se refere à Cláusula 7.9.9 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) obtenção de certidões;
- (iii) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (iv) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas;
- (v) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares das Debêntures; e
- (vi) despesas com custas cartorárias e com correios necessários ao desempenho da função fiduciária que lhe é inerente.

7.10.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debêntures (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares das Debêntures que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares das Debêntures.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.



8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, amortização e/ou resgate, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, bem como qualquer alteração aos termos da cláusula 5.3 desta Escritura dependerá de aprovação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 das Debêntures em Circulação.

8.8.1 A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos titulares das Debêntures com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1 A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa Brasil, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias (inclusive regulatória, societárias e perante os órgãos competentes, conforme aplicável) à celebração da Escritura e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, conforme aplicável;
- (iii) a Escritura e as Debêntures constituem obrigação lícita, válida e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, com exceção das hipóteses em que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (iv) a celebração da Escritura não infringe: (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei, ato administrativo ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos de que a Emissora seja parte; ou (b) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, exceto por aqueles que serão quitados imediatamente após a Emissão ou que foram objeto de aprovação prévia de seus respectivos credores;



- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a, qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro das Debêntures perante o SDT e o SND, pelo arquivamento, na JUCESP, da ata da RCA que deliberou sobre a Emissão e da presente Escritura, pela comunicação da realização da Emissão à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e o registro das Debêntures na CETIP;
- (vi) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e Contingências da Emissora. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (vii) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou às Debêntures, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras, nas informações trimestrais e/ou no formulário de referência elaborado pela Emissora nos termos da Instrução CVM 480, e disponível na página da CVM na Internet ("Formulário de Referência da Emissora") disponibilizados pela Emissora à CVM e ao mercado;
- (viii) não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades ou do cumprimento de suas obrigações no âmbito da Emissão, em prejuízo dos titulares das Debêntures;
- (ix) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora;
- (x) o Formulário de Referência da Emissora foi elaborado de acordo com e cumpre em todos os aspectos relevantes todas as normas pertinentes, conforme Instrução CVM 480;



- (xi) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, ou cujo não cumprimento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (xii) está em dia com o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha impacto adverso relevante para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ou que estejam descritas no seu Formulário de Referência;
- (xiii) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (xiv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI *Over*, divulgada pela CETIP, inclusive acerca da forma de cálculo da remuneração das Debêntures, a qual foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xv) inexistente descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures; e
- (xvi) o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

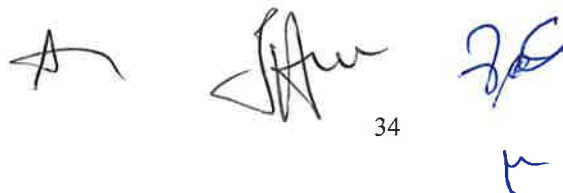
- (i) Para a Emissora:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

Rodovia Presidente Dutra (BR-116/SP/RJ)

km 184,3/SP

Santa Isabel, SP



At.: Ascendino da Silva Mendes
Telefone: (11) 2795 - 2400
Fax: (11) 2795-2400
e-mail: debentures.novadutra@grupoccr.com.br

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514
CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srt^a. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)
Telefone: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
e-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br / juridico@pentagonotruster.com.br

- (iii) Para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal
CEP 04344-902 – São Paulo - SP
At.: Claudia Vasconcellos
Tel: (11) 5029 1910
Fax: (11) 5029 1920
e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

- (iv) Para a Instituição Escriuradora

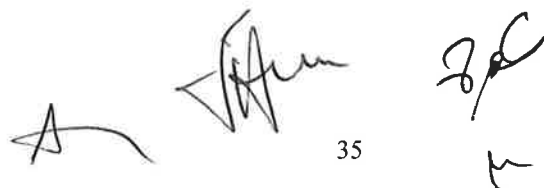
ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar
CEP 04538-132– São Paulo - SP
At.: Claudia Vasconcellos
Tel: (11) 5029 1910
Fax: (11) 5029 1920
e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

- (v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar
CEP 01452-001 – São Paulo – SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel: (11) 3111-1596 / 2138-1400
Fax: (11) 3111-1564
e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br



10.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Quando for o caso, os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário, ao Agente Fiduciário e à Instituição Escriuradora pela Emissora.

10.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “Dia Útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente será “Dia Útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

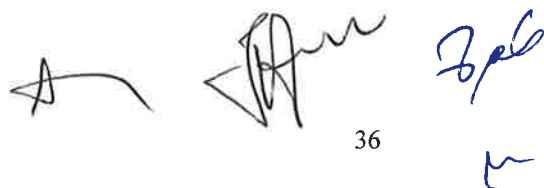
10.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11. FORO

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a stylized 'A', a signature that appears to be 'Am', and other initials.

11.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 6 de dezembro de 2012.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) próximas páginas)



Página (1/3) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

Por:

Cargo:


Ascendino da Silva Mendes
Diretor Presidente

Por:

Cargo:


José Herzen S. Alves
Diretor

2/6
M

Página (2/3) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Por:  **NATHANAEL MAXIMIANO**


Cargo: **DIRETOR**


Página (3/3) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Testemunhas:


Por: **Rita Sca**
Cargo: **RG. 19.144.022-X**
CPF. 104.407.778-60


Por: **Juliana Manucelli Rocha**
Cargo: **CPF: 371.582.038-27**
RG: 43.523.560-6





